

Orçamento da Justiça Federal para 2018 é de cerca de R\$ 10 bilhões



Sob o novo regime fiscal, imposto pela EC 95/2016, o orçamento da Justiça Federal foi reajustado em 3% de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido entre julho de 2016 e junho de 2017, aplicado sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PL-LOA) de 2017.

A Justiça Federal conta neste ano com um orçamento maior que o de 2017 em R\$ 180.802.460,00, contudo para as-

Cronograma do plano anual de atividades de auditoria 2018

O cronograma do plano anual de atividades de auditoria 2018 foi elaborado em conformidade com a Resolução CNJ 171/2013, definindo os objetos de auditorias a serem realizadas pelo Núcleo de Auditoria Interna (NUAUD) durante o presente ano.

A escolha dos objetos de auditoria levou em consideração, dentre outras coisas, o planejamento estratégico da Justiça Federal e os objetos incluídos nos planos de auditoria dos anos anteriores. O cronograma foi publicado e aprovado através do processo SEI nº 0013696-89.2017.4.01.8004 e está disponível também no portal da SJBA.

Aniversariantes

Hoje: Firmício Ferreira de Souza Filho (Barreiras). **Amanhã:** Ciro Gomes de Queiroz (NUASG), Evilásio Roxo do Amaral (10ª Vara), Anna Zélia Brito Anunciação (7ª Vara) e Isadhora Aguiar Henriqueta (Teixeira de Freitas).

Parabéns!

EXPEDIENTE: Coordenação-Geral: juíza federal Cláudia da Costa Tourinho Scarpa, diretora do Foro da Seção Judiciária da Bahia. **Redação, fotos, distribuição, diagramação, revisão e impressão:** Setor de Comunicação Social. **Encarregada:** Rita Miranda. **Apoio:** Rodrigo Sarmiento Silva dos Santos. **Estagiária de jornalismo:** Joyce Melo Matos. **Tiragem:** 25 exemplares. **Telefones:** (71) 3617-2616 e 3617-2793. **Endereço:** Av. Ulysses Guimarães, 2799 – CAB. CEP: 41213-000. **Site:** portal.trf1.jus.br/sjba **E-mail:** jfh@trf1.jus.br.

segurar o acréscimo em despesas obrigatórias de pessoal e benefícios de R\$ 480.090.412,00 foi preciso reduzir as dotações de Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, Atividades e Projetos.

O novo critério, de reajuste da despesa primária pela inflação, traz para o setor público uma realidade de austeridade, considerando que o gasto passa a ter um limite. Para a Justiça Federal, essa contenção tende a se tornar maior a partir de 2020, quando chega ao fim a permissão dada pela Emenda Constitucional 95 de compensação de limite pelo Poder Executivo ao Poder Judiciário. Este ano, esse acréscimo é de R\$ 323.719.604,78.

A composição do orçamento mostra o peso da despesa com pessoal e benefícios. Do total aprovado, R\$ 8.811.980.041,00 são destinados ao pagamento de servidores e seus dependentes, R\$ 172.000.000,00 para a Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, sendo o restante, R\$ 1.611.341.244,00,

para as demais despesas de manutenção e de investimento.

O orçamento distribuído pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) para a 1ª Região foi de R\$ 3.140.766.386,00, esse valor deverá ser acrescido no decorrer de 2018, quando houver a distribuição da dotação existente na reserva do CJF para as despesas de pessoal e Assistência Jurídica a Pessoas Carentes.

Como as dotações de atividades e projetos estão com valores reduzidos em relação às dotações de 2017, foi necessário reduzir várias despesas, como quantidade de estagiários, treinamento de servidores e magistrados, aquisição de material permanente e ainda reduzir algumas despesas de caráter continuado.

Outra questão a ser considerada e que impacta o orçamento de 2018 é o passivo de restos a pagar existente, uma vez que o limite de gasto autorizado para a 1ª Região em 2018 será abatido pelos pagamentos que forem efetuados tanto da despesa relativa ao orçamento de 2018 como nos pagamentos de restos a pagar. Sendo assim, a partir de agora cada gestor deve acompanhar seu orçamento compatibilizando os valores que serão pagos em 2018, de restos a pagar e do exercício, para que o limite de gasto não seja ultrapassado.

O presidente do TRF1 autorizou, na última quarta-feira, 14 de fevereiro, a distribuição do orçamento de 2018 para as seccionais e para o TRF.

Fonte: TRF1

Encerra hoje o prazo de recursos do Selo Estratégia em Ação 2017



Na sexta-feira do dia 9/02 foi remetida aos diretores de foro, juízes federais titulares ou no exercício da titularidade de varas federais e juízes federais de turmas recursais da 1ª Região, a Circular Presi nº 5573658, que informa sobre a abertura do prazo para recursos quanto aos resultados preliminares do Selo Estratégia em Ação 2017.

As seccionais e unidades interessadas terão até hoje, 20/02, para apresentarem os recursos por meio de formulário específico criado no Sistema Eletrônico de Informações (PAeSEI), denominado

“Recurso – Selo Estratégia em Ação”. Para recorrer, basta seguir as instruções contidas no Processo Administrativo Eletrônico 0002953-95.2018.4.01.8000, mesmo processo pelo qual o resultado preliminar foi encaminhado às varas, julgados e turmas recursais.

No prazo de cinco dias úteis (de 21 a 27/02), a Comissão Avaliadora analisará os recursos apresentados e homologará o resultado oficial do certame, do qual não caberá recurso, na data provável de 28 de fevereiro de 2018.

Resultados – Na categoria de Seções Judiciárias, cinco seccionais foram premiadas: Acre (Diamante), Goiás (Ouro), Minas Gerais (Ouro), Amapá (Prata) e Tocantins (Bronze). Já na categoria Unidades Judiciais, foram premiadas, ao todo, 202 varas, sendo 72 com o Selo Diamante, 41 com o Selo Ouro, 32 com o Selo Prata e 57 com o Selo Bronze.

Fonte: TRF1

HÁ DEZ ANOS

Há dez anos, o Justiça Federal Hoje publicou a seguinte notícia:



20/02/08 - Magistrados em Correição visitam locais das futuras sedes das Subseções de Barreiras e Guanambi - O corregedor geral do TRF da 1ª Região, desembargador federal Jirair Aram Meguerian, esteve na última quinta-feira, 14/02, realizando a Correição Ordinária na Subseção Judiciária de Barreiras.

Após a realização dos trabalhos da Correição, o corregedor visitou o terreno de mais de 13 mil m², doado pelo município de Barreiras, onde será erguida a futura sede daquela Subseção Judiciária.

Na visita, o desembargador federal esteve acompanhado pelos juízes federais Carlos d'Ávila Teixeira, diretor do Foro, Eduardo Luiz Rocha Cubas, diretor da Subseção e José Alexandre Franco.

Já no dia 18/02, a equipe da Correição esteve na Subseção Judiciária de Guanambi para a realização da 1ª Correição naquela Subseção. Na ocasião, foram inspecionados 89 processos por sorteio, somados além de 15 Ações Cíveis Públicas e uma Ação Popular.

O corregedor-geral do Tribunal, Jirair Aram Meguerian, discursou brevemente durante a solenidade de abertura dos trabalhos sobre a importância da Correição, ressaltando sua finalidade preventiva e de orientação.

O nosso juiz federal diretor do Foro, Carlos d'Ávila, esteve presente aos trabalhos da Correição Ordinária, juntamente com o juiz federal diretor da Subseção de Guanambi, Marcelo Motta. Acompanharam os magistrados o juiz federal José Alexandre Franco, o diretor de Secretaria Charles Gomes Videira e o assessor do corregedor, Luiz Alberto Alves.

Os magistrados, juntamente com o prefeito em exercício, Charles Fernandes, realizaram visita ao terreno onde será a futura sede daquela Subseção Judiciária.